

EDWARD SAID E O PÓS-COLONIALISMO

Antônio Manoel Elíbio Jr.¹
Carolina Soccio Di Manno de Almeida²
Marcos Costa Lima³

Introdução

O século XX foi palco de profundas transformações multifacetadas ao redor do globo, de caráter político, econômico e social, ocorridas com uma rapidez sem precedentes na história do mundo. Esse processo explicitou a nova divisão internacional do trabalho, a transnacionalização da produção e do consumo, a fragmentação e disseminação das culturas, acompanhado do multiculturalismo, a diluição das fronteiras e a pretensa multipolaridade de um mundo até então bipolar, e antes disso, imperial. Nesse contexto, é preciso reconhecer a importância da descolonização da África e da Ásia como sendo um momento marcante do ponto de vista geopolítico, pois assinala uma drástica mudança no cenário internacional. A libertação de mais da metade da população mundial do domínio direto dos países europeus e a diáspora dos povos dessas localidades em fluxos migratórios que reproduziram as rotas coloniais demandou uma reflexão crescente dos regimes coloniais e das consequências então desconhecidas dos fenômenos que viriam a emergir no período que se chamou “pós-colonial”. A partir de então, uma série de análises e estudos voltados a este novo cenário mundial surgido dos escombros do colonialismo começaram a tomar corpo e a desenhar uma nova corrente teórica, o Pós-Colonialismo.

Embora tendo alcançado diversas áreas das ciências humanas e sociais, o Pós-Colonialismo foi durante muito tempo ignorado no âmbito das Relações Internacionais como disciplina, estando ausente dos grandes debates teóricos e das grades curriculares, assim como dos manuais e revistas especializadas. Esta desconcertante falta de diálogo entre o pós-colonial e a Teoria das Relações Internacionais (TRI) pode ter tido duas razões fundamentais: por um lado, pelo fato de os estudos pós-coloniais estarem ligados aos chamados estudos culturais, encontram certa resistência em transcendê-lo; no entanto, articular-se com os estudos de economia política internacional é primordial para elaborar uma crítica ao capitalismo global⁴. Por outro lado, a recusa por parte do *establishment* das

¹ Doutor em História Social pela Universidade Estadual de Campinas, Pós-Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco. Professor do Departamento de História da Universidade Estadual da Paraíba. E-Mail: <tonyelibio@hotmail.com>.

² Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco.

³ Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas, Pós-Doutor pela Université de Paris XIII. Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco. Ocupou a Cátedra Rui Barbosa no Centro de Estudos Brasileiros da Universidade de Leiden, na Holanda, durante o ano letivo de 2012. Foi presidente da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais – ANPOCS.

⁴ DIRLIK, A. “The postcolonial aura: Third World criticism in the Age of Global Capitalism”. *Critical Inquiry*, Chicago, n. 20, 1994, p. 52.

TRI de postura eminentemente protecionista e conservadora, em reconhecer uma abordagem que, epistêmica e politicamente, subverte a maior parte – ou por que não dizer a totalidade – de seus pressupostos centrais.

No entanto, nesta primeira década do século XXI a difusão do Pós-Colonialismo nas ciências sociais, assim como o esforço de teóricos provenientes das mais diversas áreas do conhecimento, promoveu um amadurecimento do argumento, articulado nas diversas áreas do conhecimento, sendo possível perceber esse esforço nas Relações Internacionais. Começa a despontar um conjunto de acadêmicos críticos que possuem linhas de pesquisa e publicações que situam o Pós-Colonialismo e as questões que este levanta no seio da disciplina.

Embora o debate esteja em posição marginalizada na disciplina, a questão que colocamos primordialmente é a relevância da abordagem pós-colonial para as Relações Internacionais, explorando as potencialidades e dificuldades deste diálogo. O estudo das Relações Internacionais não é absolutamente recente. Ao contrário, considerações e escritos sobre o internacional são recorrentes nas diversas ciências sociais, principalmente na história e ciência política. A *Guerra do Peloponeso* de Tucídides é tida por muitos teóricos como a obra paradigmática desse campo de estudos além de obras emblemáticas de autores como Nicolau Maquiavel e Thomas Hobbes para a teorização moderna do sistema internacional e da interação entre os Estados⁵. No entanto, foi somente ao longo das décadas de 50, 60 e 70 do século XX que as Relações Internacionais encontraram certa autonomia, destacando-se da ciência política e tendo sua narrativa própria⁶.

O estudo das Relações Internacionais esteve estritamente ligado à realidade política internacional, tendo suas origens logo depois da Primeira Guerra Mundial, emergindo com o claro objetivo de evitar as circunstâncias que levassem a outra Grande Guerra. De acordo com Halliday foi nesse período que se estabeleceram na Grã-Bretanha, na área acadêmica, as primeiras cadeiras e departamentos relativos à matéria na Alberystwyth, London School of Economics e Oxford, e no mundo não acadêmico no *Royal Institute of International Affairs*, voltado a formular e conduzir políticas públicas. Essa tendência foi seguida pelos Estados Unidos, que também criou suas cadeiras nas universidades americanas e o *Council on Foreign Relations*⁷.

Como afirma Hoffmann, o estudo moderno das relações internacionais nos Estados Unidos, ligou-se profundamente à preocupação, tanto política quanto acadêmica de como o país deveria conduzir sua hegemonia internacional em oposição à constante ameaça soviética, de modo que os acadêmicos das Relações Internacionais forneceram as bases teórico-científicas para uma “nova diplomacia norte-americana”, de tendências imperialistas, instalaram os estudos estratégico-militares e seus relacionados no centro das preocupações analíticas do

⁵ INAYATULLAH, N., BLANEY, D. *International relations and the problem of the difference*. Londres: Routledge, 2004, p. 34.

⁶ HOFFMAN, S. “An American Social Science: international relations”. In: DER DERIAN, J. (org). *International Theory: critical investigations*. Londres: Macmillan, 2005, p. 76.

⁷ HALLIDAY, F. *Rethinking international relations*. Londres: Macmillan, 1994, p. 46.

campo⁸. Desde então, a conceitualização da força, do poder, e suas dinâmicas, preocupações tipicamente norte-americanas, tornaram-se o centro da Teoria das Relações Internacionais, então praticamente reduzida a uma monocultura Realista que, desde então, e durante um longo tempo, passou a deter monopólio do discurso na área.

A onda liberal que tomou a teorização das Relações Internacionais nas primeiras décadas do século XX e que esteve inclinada ao direito internacional e sua disposição em mudar o sistema mundial pela via institucional-legal recebeu a alcunha, amplamente difundida e aceita, de “idealista”; sendo considerada ingênua, de pouca relevância científica, tendo sido responsabilizada pelo atraso com que as Relações Internacionais emergiram como ciência. Ao autor Edward Carr coube a tarefa de inaugurar o tratamento científico, objetivo e empírico de um contexto político então definido como uma luta pelo poder incompatível com as proposições normativas, em sua obra fundacional *Twenty years of Crises*. No entanto, foi somente nos Estados Unidos do Pós-Segunda Guerra, que emergiam como superpotência, que as Relações Internacionais estabeleceram-se sobre os princípios do realismo político de Hans Morgenthau desenvolvido em seu *Politics Among Nations*. Em sua obra, o autor buscou identificar as regularidades que pudessem dar alguma previsibilidade ao comportamento dos Estados, baseando-se principalmente nos conceitos de poder e de interesse nacional. Foi justamente essa pretensão de Morgenthau em estabelecer princípios irrefutáveis da Política Internacional e sua argumentação muito frágil que provocou o debate e uma série de leituras voltadas a reagir contra os próprios princípios do realismo. E dessa forma, o campo de estudos fundou-se em relação ou em contraposição ao Realismo, e continua em certa medida a fazê-lo.

O chamado Segundo Debate das Relações Internacionais ocorreu entre as abordagens chamadas “tradicionalistas”, tendo alguma contribuição do Behaviorismo no que diz respeito às metodologias a serem utilizadas no campo, e não apresentaram contribuições ao alargamento da substância da disciplina que continuou, em larga escala, presa aos ditames iniciais do Realismo. De acordo com Hedley Bull foi só no fim da década de 70, com o movimento pacifista global, o colapso de Bretton Woods, a percepção de uma crescente interdependência entre as economias nacionais e certos movimentos políticos contestatórios do Terceiro Mundo, que a exagerada preocupação com questões de dinâmicas de poder e força começam a dar lugar a outras questões ligadas, sobretudo, à emergência da economia política internacional⁹. Essa abertura do campo teórico, intensificada na década de 80, cedeu espaço para o reconhecimento de questões que antes haviam sido marginalizadas pelas formulações estritas do Realismo, tal como os estudos para a paz, as análises de política externa e a revigorada importância da economia política internacional.

Nesse mesmo sentido, Halliday afirma que após uma fase “protecionista”, recentemente as Relações Internacionais estão se abrindo à contribuição de

⁸ HOFFMAN, “An American Social Science...”, p. 39.

⁹ BULL, H. “The theory of International Politics, 1919-1969”. In: DER DERIAN, *International Theory...*, p. 58.

outros campos de saber que não estiveram tradicionalmente ligados à sua órbita teórica. Com efeito, desde o fim da década de 80 e, sobretudo, com as questões levantadas pelo “Terceiro Debate” das Relações Internacionais, que introduziu na área os Estudos Críticos, o Construtivismo, o Pós-Modernismo e o Feminismo, temos assistido à emergência de uma série de preocupações, contestações e (des) construções que até então tinham sido excluídos do campo teórico da disciplina¹⁰. No entanto é necessário ressaltar que a maioria da produção teórica faz eco ao Realismo e reduz-se às suas preocupações tradicionais, ainda que readequadas aos novos tempos. Fora dos Estados Unidos, faz-se sentir a dependência teórico-estrutural construída ao longo de décadas e que coíbe a teorização independente ou, se quisermos, não-hegemônica, das Relações Internacionais, então atadas em nível global à linguagem do poder, do Estado-Nação e do interesse nacional. Slater aponta que embora teóricos do Norte possam dar-se ao luxo de desconhecer ou ignorar as teorias do Sul global, o mesmo não acontece com suas contra-partes do Sul, cuja teorização estaria sempre ligada, por concordância, rejeição ou oposição à teoria social do Norte¹¹.

Halliday (1994) aponta que talvez entre todas as ciências sociais, as Relações Internacionais fossem as que mais se mantiveram afastadas do Marxismo e das questões de gênero, o que acarretou uma série de problemas debilitantes como a incapacidade de problematizar criticamente as relações Norte-Sul e as estruturas globais de exploração. Não à toa, as Relações Internacionais também aparecem como a área das ciências sociais que até agora mais se mostraram indiferentes à abordagem pós-colonial. Esta distância se torna cada vez mais prejudicial em um mundo majoritariamente não ocidental em que as assimetrias de poder e riqueza só aumentam, e em que novos atores, não estatais ou subnacionais, começam a se fazer presentes e a impor novas necessidades. Devido à predominância anglo-americana, a disciplina se construiu ao redor de muitos conceitos, pressupostos e preocupações tipicamente ocidentais e que fazem muito pouco sentido em outros contextos, países e regiões que agora se inscrevem ativamente no âmbito político e analítico das relações internacionais. É nesse contexto que o Pós-Colonialismo se torna um instrumento essencial, teórica e politicamente, para identificar e teorizar a grande quantidade de atores, dinâmicas e urgências que tem estado fora das concepções hegemônicas de hoje e de outrora.

Diante do exposto o artigo pretende discutir a presença do Pós-Colonialismo nas Relações Internacionais (RI) a fim de verificar qual a relevância da corrente teórica do Pós-Colonialismo (escrito em caixa alta quando se referir à corrente teórica) no contexto atual das Relações Internacionais (escrito em caixa alta quando se referir à disciplina) e quais as contribuições analíticas que pode ter para a disciplina. Apresentaremos como argumento a perspectiva de Edward Said que advoga pela descolonização das História das Relações Internacionais por meio de uma visão que relativiza o eurocentrismo. Decorrente da proposta de descolonizar as Relações Internacionais surge a necessidade de uma crítica à epistemologia eurocêntrica e a

¹⁰ HALLIDAY, *Rethinking international...*, p. 48.

¹¹ SLATER D. “Post-colonial questions for global times”. *Review of International Political Economy*, vol. 5, n. 4, 1998, p. 24.

consequente proposta de uma nova epistemologia a partir do pensamento do Sul.

Edward Said e a atualidade do *Orientalismo*

O *Orientalismo* é a obra por muitos considerada como inauguradora da corrente teórica pós-colonial¹². De fato, Said é um autor constantemente retomado para elaborar a crítica pós-colonial. De uma forma geral, a corrente teórica pós-colonial possui fundamentos em comum em todas as áreas do conhecimento onde é explorada. No entanto, sua abordagem nas Relações Internacionais tem resultados específicos, como a proposta de descolonizar as relações internacionais, tanto como disciplina e campo de conhecimento quanto no que diz respeito às relações globais. Essa proposta, no entanto, só pode ser realizada a partir de uma crítica ao eurocentrismo e imperialismo, o que demanda uma “viragem epistemológica” nas palavras de Boaventura de Sousa Santos, ou seja: uma nova epistemologia a partir do Sul e para o Sul¹³.

Em sua obra publicada em 1978, Said explicita as relações de dominação através do saber-poder que sempre estiveram presentes nas relações entre o Ocidente e o Oriente. Ele mesmo um palestino radicado nos Estados Unidos, descreve minuciosamente a experiência europeia no Oriente e a criação do que ele vai chamar de “Orientalismo – a invenção do Oriente pelo Ocidente”.

Os franceses e os britânicos, que foram os maiores possuidores de colônias ao redor do mundo, tiveram uma longa tradição do que Said vai chamar de *Orientalismo*, termo que tem, para o autor, uma série de significados. O primeiro significado que Said apresenta refere-se a um modo específico de abordar o Oriente que tem como fundamento o lugar especial que este ocupa na experiência ocidental europeia; isso porque o Oriente aparece como “adjacente” à Europa, seu rival cultural e uma de suas imagens mais profundas e mais recorrentes do Outro. Essa mesma oposição ajudou a definir a Europa (ou o Ocidente) como uma imagem, ideia, personalidade, experiências contrastantes ao Oriente (ou resto do mundo)¹⁴. O *Orientalismo* expressa e representa essa oposição em termos culturais e ideológicos numa forma de discurso baseado em instituições, vocabulário, erudição, imagens, doutrinas, burocracias, e estilos coloniais europeus que foram impostos às colônias.

Outra forma como Said apresenta o *Orientalismo* é a acadêmica. Quem escreve, pesquisa ou ensina sobre o Oriente, seja qual for a sua especialidade, é um orientalista e o que ele faz é *Orientalismo*. Esse termo deixou um pouco de ser usado, pois carrega uma conotação da atitude arrogante da colonização europeia. Ainda assim, sempre que são realizados congressos, estudos, entre outros, que têm como foco o Oriente, é o “orientalista” que surge como autoridade – fato que acontece com frequência também na mídia, e que temos visto crescer desde o 11

¹² ÁLVARES, Claudia. “Teoria pós-colonial, uma abordagem sintética”. *Revista de Comunicação e Linguagens – Tendências da cultura contemporânea*, Lisboa, Relógio d’Água, 2000, p. 23.

¹³ SANTOS, B. de S. *Do Pós-Moderno ao Pós-Colonial... E para além de um e outro*. Braga: Centro de Estudos Sociais da Universidade do Minho, 2004, p. 78.

¹⁴ SAID, E. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2007, p. 43.

de setembro. Dessa forma, mesmo que de uma maneira diversa da que ocorria quando da colonização europeia – talvez de forma menos explícita – o Orientalismo continua a viver na academia por meio de suas doutrinas e teses sobre o Oriente e o oriental.

Relacionado a essa tradição acadêmica, Said aponta outro significado para Orientalismo, mais geral: “o Orientalismo é um estilo de pensamento baseado numa distinção ontológica e epistemológica feita entre o ‘Oriente’ e (na maior parte do tempo) o ‘Ocidente’”. Assim, escritores dos mais variados assuntos, imperialistas e atuais, têm aceitado a distinção básica entre o Leste e o Oeste como ponto de partida para suas teorias, epopeias, romances, descrições sociais e relatos políticos a respeito do Oriente, seus costumes, mentalidades, destino e assim por diante. Nesse ponto, ao abordar o intercâmbio constante e disciplinado entre o significado acadêmico e o sentido mais ou menos imaginativo do Orientalismo, Said chega ao terceiro significado de Orientalismo, que tem uma dimensão mais histórica e material. Partindo do século 18, o Orientalismo aparece como a instituição autorizada a lidar com o Oriente, fazendo e corroborando afirmações a seu respeito, descrevendo-o, ensinando-o, colonizando-o, governando-o, ou seja, um instrumento ocidental para dominar, reestruturar e ter autoridade sobre o Oriente. É então que Said busca o conceito de discurso em Foucault e argumenta que, sem examinar o Orientalismo como um discurso, não se pode compreender essa estrutura extremamente sistemática que serviu à cultura europeia como meio de manejar e produzir o Oriente política, sociológica, militar, científica e imaginativamente. Said afirma que o Orientalismo tem uma força tão grande que, por causa dessa estrutura, o Oriente não era – e continua não sendo – um tema livre para o pensamento e a ação, pois ninguém poderia fazer isso sem levar em consideração as limitações ao pensamento e à ação impostas por ele¹⁵.

Um importante ponto da obra de Said é sua metodologia muito bem delimitada e elaborada. Assim, o autor destaca a diferença cultural e histórica do envolvimento franco-britânico no Oriente, por isso também uma maior quantidade de textos analisadas em sua obra, que ele classifica como orientalistas, o que vai ser importante para a delimitação e elaboração de todo o livro.

Delimitada sua metodologia, Said desenvolve seu argumento supondo que o Oriente e o Ocidente são criados pelo homem: “tanto quanto o Ocidente, o Oriente é uma ideia que tem uma história e uma tradição de pensamento, um imaginário e um vocabulário que lhe deram realidade e presença no e para o Ocidente. As duas entidades geográficas, portanto, se sustentam, e, em certa medida, refletem uma à outra”. Seria errado, segundo o autor, concluir que o Oriente foi essencialmente uma ideia ou uma criação sem realidade correspondente. O Orientalismo que Said se propõe a estudar não é a correspondência entre Orientalismo e Oriente, mas justamente a coerência interna do Orientalismo e suas ideias sobre o Oriente, “apesar ou além de qualquer correspondência, ou falta de correspondência com o real”. O autor observa que seria impossível compreender e estudar ideias, culturas e histórias sem levar em conta as configurações de poder. Para ele, “a relação

¹⁵ SAID, *Orientalismo...*, p. 47.

entre o Ocidente e o Oriente é uma relação de poder, de dominação, de graus variáveis de uma hegemonia complexa”¹⁶. Assim, o Oriente não foi “orientalizado” porque se descobriu oriental e portador de todos os lugares comuns para um europeu comum do século XIX, mas também porque poderia ser oriental, ou seja, submeteu-se e foi transformado em tal. Outra observação que Said faz é que não se deve por esse motivo supor que a estrutura do Orientalismo não passa de uma estrutura de mentiras ou de mitos que simplesmente “se dissipariam caso a verdade fosse contada”. O que devemos compreender é a força consolidada do discurso orientalista, seus laços com as instituições de poder político e sua persistência. Para ter tanta força, o Orientalismo não é uma fantasia europeia sobre o Oriente, mas um elaborado corpo de teoria e prática, tendo sido feito um considerável investimento material. Esse investimento contínuo criou o Orientalismo como um “sistema de conhecimento sobre o Oriente, uma maneira de filtrar o Oriente na consciência ocidental, assim como multiplicou as afirmações que transitam do Orientalismo para a cultura geral”¹⁷.

Essas afirmações que transitam do Orientalismo para a cultura geral remetem às concepções de Gramsci a respeito da hegemonia. Lembrando as assertivas do autor marxista, Said explica a distinção que Gramsci fez entre a sociedade civil e a sociedade política, sendo a sociedade civil composta de associações voluntárias, racionais e não coercitivas, como escola, família e sindicato, e a sociedade política constituída de instituições estatais, como exército, polícia e burocracia, tendo um papel de dominação direta na vida política. A cultura deve estar em operação na sociedade civil, onde a influência de ideias, instituições e pessoas não funcionam pela dominação, e sim pelo que Gramsci chama de *consenso*. Numa sociedade, algumas formas culturais e algumas ideias predominam sobre as outras, e é essa liderança cultural que Gramsci identificou como hegemonia, a qual Said afirma ser um conceito indispensável para a compreensão da vida cultural no Ocidente: “É a hegemonia, ou antes o resultado da hegemonia cultural em ação, que dá ao Orientalismo a durabilidade e a força que tenho falado até o momento”. As ideias europeias sobre o Oriente reiteram a superioridade ocidental sobre o suposto atraso oriental e a estratégia do Orientalismo depende dessa superioridade que põe o oriental em toda uma série de possíveis relações com o Oriente sem jamais lhe tirar o domínio.

Uma importante observação que Said aponta em sua obra e fundamenta sua crítica é a distinção entre conhecimento puro e político. Essa diluição da fronteira do político com relação ao objeto será constantemente retomada por autores pós-coloniais, principalmente no que diz respeito ao papel do intelectual na práxis política. Said fala de um consenso liberal de que o “verdadeiro” conhecimento é apolítico – assim como o conhecimento político não é conhecimento verdadeiro. Esse mesmo consenso liberal inclusive utiliza o adjetivo político como um rótulo para desacreditar a obra que viole essa pretensa objetividade “suprapolítica”. Nenhuma produção do conhecimento pode ser realizada sem o envolvimento do autor como sujeito humano de suas próprias circunstâncias; dessa forma nenhum

¹⁶ SAID, *Orientalismo...*, p. 31.

¹⁷ SAID, E. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 43.

européu se aproximou do Oriente sem antes de qualquer coisa ser um europeu¹⁸.

O discurso orientalista não está em relação direta com o poder político escancarado, mas é produzido e existe em um intercâmbio com vários tipos de poder, o político, o poder cultural (a arrogante superioridade ocidental que permitiu a dominação em suas variadas faces; a imposição de gostos e valores), o poder moral (“nós” podemos, “nós” fazemos enquanto “eles” não podem nem mesmo representar-se a si – mesmos), o poder intelectual (as modernas ciências políticas). Nesse sentido, Said afirma que seu real argumento é que “o Orientalismo é – e não apenas representa – uma dimensão considerável da moderna cultura político-intelectual”. Colocado dessa maneira, é preciso reconhecer que “o imperialismo político rege todo um campo de estudo, imaginação e instituição eruditas, – de tal maneira que o ato de evitá-la torna-se uma impossibilidade intelectual e histórica”. O reconhecimento de que o imperialismo ao qual Said se refere – e ainda se faz presente nos dias de hoje – é o ponto central não só da crítica pós-colonial, como também da argumentação que se faz no sentido de descolonizar as Relações Internacionais. Por esse motivo Edward Said permanece sendo um autor central e constantemente retomado nas diversas dimensões da corrente teórica pós-colonial.

Said afirma que “o Orientalismo, na sua forma pós-oitocentista, nunca se revisou”, o que nos permite afirmar que as estruturas orientalistas não foram revisadas. Algumas delas têm específico interesse para esse trabalho, como as estruturas descritivas do oriental, baseadas em critérios raciais, uma vez que tais estruturas se perpetuam até o presente momento, embora muitas vezes de forma velada. Subjacente ao discurso orientalista está um conjunto do que Said vai chamar de “figuras representativas”¹⁹. Essas figuras fazem parte do vocabulário orientalista específico, e não é difícil testemunhar suas reproduções em periódicos, mídias e discursos atuais. Ao caracterizar o Oriente como estranho – em oposição ao “familiar” – as figuras representativas

[...] são todas declarativas e auto-evidentes; o tempo verbal que empregam é o eterno atemporal; transmitem uma impressão de repetição e força; são sempre simétricas e, ainda assim, diametralmente inferiores a um equivalente europeu, que ora é especificado, ora não. Para todas essas funções, basta frequentemente usar o simples elemento de ligação é.²⁰

De forma essencialista, o ocidental se apropria do ser, do agir, do estar no mundo do oriental, o inferioriza, ao fixar o ser oriental como objeto de estudo, o que faz dele atemporal e a-histórico, o impedindo de ser visto como um produto das forças produtivas que operam no campo da evolução histórica.

Em sua obra posterior, *Cultura e Imperialismo* publicada em 1993, Edward Said aborda de maneira mais incisiva a questão do imperialismo, conectando imperialismo e cultura através da leitura de relevantes obras literárias selecionadas.

¹⁸ SAID, *Cultura e Imperialismo*, p. 37.

¹⁹ SAID, *Orientalismo...*, p. 145.

²⁰ SAID, *Orientalismo...*, p. 113.

De acordo com o autor, seu método é “enfocar ao máximo possível algumas obras individuais, lê-las inicialmente como grandes frutos da imaginação criativa ou interpretativa, e depois mostrá-la como parte da relação entre cultura e império” por acreditar que os autores estão “profundamente ligados à história de suas sociedades, moldando e moldados por essa história e suas experiências sociais em diferentes graus”. Nesta obra, Said aborda um fator de suma importância que não estava presente em *Orientalismo*: “a reação ao domínio ocidental que culminou no grande movimento de descolonização em todo o Terceiro Mundo”, de forma que o imperialismo ficou evidenciado através da resistência cultural que emergiu nos países descolonizados²¹.

Said salienta que, dentre os artistas ingleses ou franceses de sua preferência pessoal, questionaram as noções imperialistas baseadas em critérios de raça como “raça submissa” ou “inferior” que predominavam nos governos coloniais e se refletiam nas metrópoles. Tais noções chegavam como *idéés reçues*, sendo noções amplamente aceitas que resultaram na propalação de aquisição de novas terras além-mar. O racismo estava presente na cultura, não somente nos altos escalões do governo, nem apenas nas colônias; o não reconhecimento da presença nefasta dessas ideias na cultura popular incorre no problema de despolitizar a cultura – ou, como diz Said, “deixe a política na porta antes de entrar” – como se esta não fosse reflexo das práticas cotidianas.

A narrativa é crucial para a argumentação de Said, uma vez que sua tese básica é de que “as histórias estão no cerne daquilo que dizem os exploradores e os romancistas acerca das regiões estranhas do mundo; elas também se tornam o método usado pelos povos colonizados para afirmar sua identidade e a existência de uma história própria deles” sendo que possuir o poder significa possuir o poder da narrativa, pois “o poder de narrar, ou de impedir que se formem ou surjam outras narrativas é muito importante para a cultura e o imperialismo, e constitui uma das principais conexões entre ambos”²².

Ao escrever *Cultura e Imperialismo*, Said acreditou na maior necessidade de elos e conexões entre as culturas resultantes do imperialismo. Argumentando que uma das realizações do imperialismo foi aproximar o mundo,

*[...] a maioria de nós deveria considerar a experiência histórica do império como algo partilhado em comum. A tarefa, portanto, é descrevê-la enquanto relacionada com os indianos e os britânicos, os argelinos e os franceses, os ocidentais e os africanos, asiáticos, latino-americanos e australianos, apesar dos horrores, do derramamento de sangue, da amargura vingativa.*²³

Edward Said propõe em sua obra a “leitura em contraponto” (*contrapuntal reading*), metodologia que terá implicações em formulações críticas das Relações

²¹ SAID, *Cultura e Imperialismo*, p. 113.

²² SAID, *Cultura e Imperialismo*, p. 111.

²³ SAID, *Cultura e Imperialismo*, p. 24.

Internacionais, como veremos na próxima seção deste trabalho. Said explica em termos essenciais o que ele chama de “leitura em contraponto”:

[...] significa ler um texto entendendo o que está envolvido quando um autor mostra, por exemplo, que uma fazenda colonial de cana-de-açúcar é considerada importante para o processo de manutenção de um determinado estilo de vida na Inglaterra. [...] A questão é que a leitura em contraponto deve considerar ambos os processos, o do imperialismo e da resistência a ele, o que pode ser feito estendendo nossa leitura dos textos de forma a incluir o que antes era forçosamente excluído.²⁴

Em um artigo para a revista *Power, Politics and Culture*, Said avança na argumentação expondo o trabalho de contraponto, originalmente desenvolvido no campo da música, que originou sua distinta metodologia:

Nos anos compreendidos entre Orientalismo e Cultura e Imperialismo, tinha começado a escrever mais sobre música, e a maioria dos meus escritos sobre o tema estava realmente focado no trabalho contrapontual [contraponto]. Quer dizer, isso é o que mais me interessava; até formas como a ópera me interessavam, penso eu, por essa razão: formas em que muitas coisas acontecem simultaneamente. E as minhas obras favoritas no gênero não são o que você poderia chamar de obras de desenvolvimento ou sonatas, mas sim obras que tinham uma oscilação em sua estrutura, como as variações de Goldberg, por exemplo, ou variações canônicas de Bach, e foi essa estrutura que eu considerei tremendamente útil quando escrevia Cultura e Imperialismo. Esta tem sido uma predileção minha de longa data; é o tipo de música que mais me interessa e uma das razões por que eu estava tão compelido por Glenn Gould, que penso ter uma relação direta com este livro. Queria, por isso, tentar organizá-lo da forma em que foi modelado na arte, em vez de uma forma acadêmica pesada – a ideia de um tipo de variação estrutural esfoliante que, penso eu, é a forma pela qual este livro foi, de fato, organizado. Toda a ideia de histórias interdependentes, de personagens que se sobrepõem, tudo isso é muito importante para seu projeto.²⁵

²⁴ SAID, *Cultura e Imperialismo*, p. 115.

²⁵ Tradução livre. O texto original: “In the intervening years between *Orientalism* and *Culture and Imperialism*, I had begun to write more about music, and most of my writing about music really focused on contrapuntal work [counterpoint]. I mean, that’s what interests me the most; even forms like opera interest me, I think, for that reason: forms on which many things go on simultaneously. And my favorite works on this genre are not what you could call developmental or sonata-form

Chowdhry, em seu trabalho publicado na revista *Millenium* a respeito das implicações que a metodologia de leitura de contraponto desenvolvida por Said tem nas teorias críticas das Relações Internacionais, observa que:

O objetivo de uma leitura contrapontística não é, portanto, privilegiar qualquer narrativa particular, mas revelar a 'totalidade' do texto, as histórias engatadas, sobrepostas, e mutuamente incorporadas das sociedades metropolitanas e colonizadas, das elites e subalternas. Uma leitura contrapontística é como uma fuga que pode conter 'dois, três, quatro ou cinco vozes'; elas são todas parte da mesma composição, mas distintas.²⁶

Considerações Finais

Tais afirmações revelam que Said não só desvenda a presença do imperialismo nas narrativas, como também explicita a necessidade de apropriar-se da narrativa, dois pontos essenciais para uma Teoria das Relações Internacionais Crítica, a fim de tornar as relações mais plurais para que o mundo possa ser novamente imaginado como radicalmente heterogêneo²⁷.

Edward Said dá um grande impulso aos estudos pós-coloniais ao explicitar as relações de poder/ saber, ao acusar as origens e atualidade do Orientalismo, ao denunciar o imperialismo que permeia as culturas ocidentais. A obra de Said recebe críticas de autores pós-coloniais como Walter Dignolo pelo fato de ser dependente do pós-estruturalismo e da análise de autores europeus como Foucault. A questão que se impõe, segundo Dignolo, é que, embora constitua em uma crítica ao conhecimento ocidental, à Totalidade presente no pensamento ocidental, à relação entre conhecimento e poder, o pós-estruturalismo não denuncia a colonialidade

works, but rather, works that are variation-structure works like the Goldberg Variations, for example, or Bach's Canonic Variations, and it's that structure that I found tremendously useful in writing *Culture and Imperialism*. This has been a long-standing predilection of mine; it's the kind of music I'm most interested in and one of the reasons why I was so compelled by Glenn Gould, which I think had a direct bearing on this book. I wanted, therefore, to try to organize it in a way that was modeled on an art, rather than on a powerful scholarly form – the idea of a kind of exfoliating structure of variation which, I think, is the way this book was, in fact, organized. The whole idea of interdependent histories, of overlapping characters, all of that is very important to the enterprise". NEUFELD, M. "Beyond (Western) International Relations Theory: the post-colonial tradition and the restructuring of (Critical) IR Theory: five theses". *Center for the Critical Study of Global Power and Politics*, Ontario, Trent University, 2009, p. 183.

²⁶ Tradução livre. O texto original: "The goal of a contrapuntal reading is thus not to privilege any particular narrative but reveal the "wholeness" of the text, the intermeshed, overlapping, and mutually embedded histories of metropolitan and colonized societies and of elite and subaltern. A contrapuntal reading is like a fugue which can contain "two, three, four or five voices; they are all part of the same composition, but they are distinct". CHOWDHRY, G. "Edward Said and contrapuntal reading: implications for critical interventions in international relations". *Millenium – Journal of International Studies*, dez. 2007, vol. 36, n. 1, p. 25.

²⁷ CHAKRABARTY, D. "Postcoloniality and the artifice of History: who speaks for 'Indian' pasts?". *Representations*, Special Issue: "Imperial Fantasies and Postcolonial Histories", Los Angeles, University of California Press, n. 37, 1992, p. 35.

intrínseca a esse conhecimento. Sem o reconhecimento do que Mignolo chama de “colonialidade do poder”, o pós-estruturalismo – e consequentemente o pensamento de Said – perderia força analítica²⁸.



RESUMO

O artigo propõe-se a trazer o Pós-colonialismo para a discussão, analisando os conceitos de mudança epistemológica proposta por Edward Said, delineando em que medida tais proposições contribuem para o debate pós-colonial. O século XX foi palco de profundas transformações multifacetadas ao redor do globo, de caráter político, econômico e social. Nesse contexto, é preciso reconhecer a importância da descolonização da África e da Ásia como sendo um momento marcante do ponto de vista geopolítico, pois assinala uma drástica mudança no cenário internacional. Tal mudança demandou uma reflexão crescente dos regimes coloniais e das consequências então desconhecidas dos fenômenos que viriam a emergir no período que se chamou “pós-colonial”. A partir de então, uma série de análises e estudos voltados a este novo cenário mundial começaram a tomar corpo e a desenhar uma nova corrente teórica, o Pós-Colonialismo.

Palavras Chave: Edward Said; Pós-Colonialismo; Eurocentrismo.

ABSTRACT

The article proposes to bring Postcolonialism to the discussion by analysing the concepts of epistemological change proposed by Edward Said, outlining the extent to which such propositions contribute to the post-colonial debate. The twentieth century was the stage of deep economic, social and political changes around the world. In this context, it is necessary to recognize the importance of the decolonization of Asia and Africa as a remarkable moment on the point of view of geopolitics, for it marks a drastic change on the international scenery. This change asked for a growing reflection of the colonial rules and its unknown consequences of the phenomenon that would emerge at the period that we call “post-colonial”. Since then, a st of analysis and studies guided towards this new international scenery started to take shape and draw a new theoretical framework: the Post-Colonialism.

Keywords: Edward Said; Post-Colonialism; Eurocentrism.

Artigo recebido em 21 jul. 2013.
Aprovado em 17 set. 2013.

²⁸ MIGNOLO, Walter. “Colonial and post-colonial discourse: cultural critique or academic colonialism?”. *Latin American Research Review*, The Latin American Studies Association, vol. 23, n. 3, 1993, p. 48.